



PROJETO DE LEI PL./0227.7/2020

Acrescenta dispositivo à lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD.

Art. 1º. Fica acrescentado parágrafo único ao Art. 10, da Lei nº 13.136, de 2004, com a seguinte redação:

"Art.10.....  
.....

Parágrafo único. O reconhecimento da isenção estabelecida no inciso V do Art. 10, tem cunho autodeclaratório e não depende de reconhecimento dessa condição por parte do Estado.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Ao Expediente da Mesa  
Em 30/06/2020  
Deputado Laércio Schuster  
1º Secretário

Deputado Bruno Souza

Lido no expediente	057 <sup>º</sup>	Sessão de	01/07/20
Às Comissões de:	<input checked="" type="checkbox"/> Justiça <input checked="" type="checkbox"/> Finanças <input checked="" type="checkbox"/> Trabalho <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		
Secretário			





## Justificativa

Tenho a honra de submeter aos nobres pares o presente projeto de lei que institui a autodeclaração para doações destinadas à entidades de interesse público.

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) já possuem o reconhecimento de várias prerrogativas por meio de autodeclaração, contudo um obstáculo burocrático para sua atuação tem sido a necessidade de procedimento demorado e complexo para a obtenção de isenção em relação às doações recebidas. O presente projeto, nesse sentido, busca suprimir este entrave tendo em vista inclusive os tempos calamitosos vividos na atualidade.

### I. Competência

Destaco inicialmente que o Poder Legislativo possui competência para a propositura de projetos relacionados à seara tributária. É possível citar, a título de exemplo, a tese utilizada no Recurso Extraordinário nº 947.564, em que foi Relator o Ministro Celso de Mello:

*“Sob a égide da Constituição republicana de 1988, também o membro do Poder Legislativo dispõe de legitimidade ativa para iniciar o processo de formação das leis, quando se tratar de matéria de índole tributária, não mais subsistindo, em consequência, a restrição que prevaleceu ao longo da Carta Federal de 1969.”*

É igualmente relevante trazer ao conhecimento dos demais pares a inocorrência da matéria naquelas cuja iniciativa está reservada ao chefe do poder executivo, consubstanciada no Art. 50, § 2º, da Constituição Estadual, simétrica com o Art. 61, § 1º da Constituição Federal.

### II. Adequação da medida

Notamos que a Legislação para o reconhecimento de utilidade pública prevê tempo de funcionamento da entidade para reconhecimento, ocorre que é bem



possível que uma entidade de criação recente possa atuar de maneira efetiva perante a sociedade. A legislação cria, nesse norte, um período no qual as doações recebidas serão tributadas ou então serão objeto de sonegação.

O projeto em discussão utiliza como norte norma muito similar editada no Estado do Rio de Janeiro recentemente, permitindo uma maior fluidez no desenvolvimento do terceiro setor bem como simplificando a vida do doador que, na intenção de ajudar, frequentemente esbarra em entraves levantados pela legislação.

É importante pontuar, de igual maneira, que o lançamento do crédito tributário referente ao Imposto de Transmissão *causa mortis* e Doação já é realizado por autodeclaração do sujeito passivo.

### III. Manutenção do poder fiscalizatório do Estado

Necessário mencionar o principal fundamento da autodeclaração como via válida para a concessão de isenções tais como a ora proposta. Ao permitir que o particular realize a autodeclaração, o Estado não abdica de sua capacidade fiscalizatória, mas valoriza a boa-fé do particular.

Ainda permanece como possibilidade clara a atuação contra possíveis fraudes e a cobrança de eventuais valores indevidamente sonegados pelo particular. A mudança ocorrida a partir, não somente deste projeto, mas de outros que trazem a autodeclaração como novo paradigma, é que o Estado deixa de tratar o cidadão com desconfiança.

### IV. Relevância no enfrentamento de crises

É notório o relevo da atuação de entidades da sociedade civil no enfrentamento a quaisquer questões sociais críticas. Frequentemente compartilham com o poder público a missão de auxiliar àqueles que foram prejudicados em virtude de catástrofes, da pandemia atual, bem como de outras circunstâncias.

Ocorre que para a obtenção do benefício tributário a que se refere este Projeto, tais entidades, não obstante desempenhem funções importantes no enfrentamento de crises, precisam ter um tempo mínimo de funcionamento prévio que possui como resultado prático a frustração do interesse legislativo de incentivar sua atuação.



## V. Fundos patrimoniais

Por derradeiro, chamo atenção para o papel que a presente proposição é capaz de assumir no que se refere aos fundos patrimoniais - também conhecidos como *endowments*. Cuida-se de uma figura regulamentada pela Lei Federal nº 13.800, que dispõe sobre a constituição de fundos patrimoniais com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas privadas para programas, projetos e demais finalidades de interesse público.

Destacamos a título de referência informação sobre a criação recente de fundo do tipo no Estado de São Paulo repercutida pelo Valor Econômico em 25.06.2020:

*A Unesp, que conta com 55 mil alunos, é a primeira universidade pública do país a ter um fundo patrimonial. Até então, o que havia eram fundos ligados às faculdades das universidades, como da Escola Politécnica, da USP, que conta com saldo de cerca de R\$ 30 milhões. Os "endowments", como são conhecidos, captam recursos via doações e quando são ligados a uma instituição de ensino costumam atrair ex-alunos como doadores.*

*"Esse é um momento interessante para criar um fundo 'endowment', porque há uma percepção maior da sociedade sobre a importância da ciência, da necessidade de investimentos em pesquisa" disse Sandro Valentini, reitor da Unesp. A instituição de ensino tem, atualmente, 84 projetos de pesquisa envolvendo a covid-19. Essa visão é compartilhada por Newton Frateschi, diretor-executivo da agência de inovação Inova Unicamp, um dos responsáveis pelo fundo patrimonial da Unicamp. [...]*

No contexto estadual, a criação de fundo do tipo serviria ao propósito de auxiliar as instituições de ensino - bem como de outros setores da sociedade civil - no desenvolvimento de suas atividades. Ocorre que no momento é necessário o cumprimento de trâmite burocrático potencialmente moroso, bem como a comprovação de tempo de funcionamento para que seja viável a isenção de ITCMD em tais organizações.

Assim, solicito o apoio de meus pares para a aprovação da matéria, tendo em



mente resultados positivos já no curto prazo para a sociedade catarinense, inclusive no combate à COVID-19.

Florianópolis, 29 de junho de 2020.

  
Deputado Bruno Souza



## **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI Nº 0227.7/2020**  
**AUTOR: DEPUTADO BRUNO SOUZA**

### **PEDIDO DE DILIGÊNCIA**

Recebi para relatar, em conformidade com o art. 130, VI do Regimento Interno desta Assembléia, os autos do epigrafado Projeto de Lei nº 0227.7/2020.

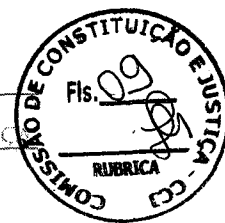
O presente projeto acrescenta dispositivo à Lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).

Diante da repercussão do Projeto, e para fins de elucidação da relevante matéria, com fulcro no art. 71, XIV do Regimento Interno desta Assembléia, considero imprescindível promover diligência à Casa Civil, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, a Procuradoria Geral do Estado e à Secretaria de Estado da Fazenda, para que se manifestem sobre a matéria.

É o pedido de diligência que se submete à apreciação.

Sala das Comissões, 28 de julho de 2020.

**Ana Caroline Campagnolo**  
**Relatora**



FOLHA DE VOTAÇÃO VIRTUAL

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, nos termos dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,

aprovou  unanimidade  com emenda(s)  aditiva(s)  substitutiva global  
 rejeitou  maioria  sem emenda(s)  supressiva(s)  modificativa(s)

RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) Ana Campagnolo, referente ao  
Processo PL. 1.022.7.7/2020, constante da(s) folha(s) número(s) 08.

OBS.: Requerimento de Diligenciamento

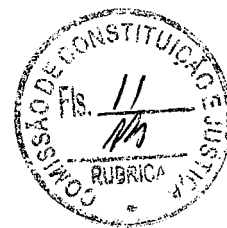
Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Romildo Titon	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Ana Campagnolo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Fabiano da Luz	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Ivan Naatz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. João Amin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Kennedy Nunes	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Luiz Fernando Vampiro	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Maurício Eskudlark	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Paulinha	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião virtual ocorrida em 04.08.20

**Leonardo Lorenzetti**  
Coordenador das Comissões  
Matrícula 4520

Coordenadoria das Comissões



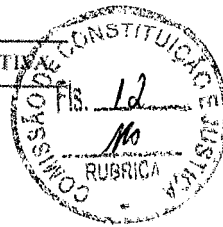
## DEVOLUÇÃO

Após respondida a diligência, usando os atributos do Regimento Interno em seu artigo 142, devolve-se o presente Processo Legislativo PL./0227.7/2020 para a Senhora Deputada Ana Campagnolo, para exarar relatório conforme prazo regimental.

Sala da Comissão, em 4 de setembro de 2020

  
Lyvia Mendes Corrêa  
Chefe de Secretaria





Ofício **GPS/DL/ 0481 /2020**

Florianópolis, 4 de agosto de 2020

Excelentíssimo Senhor  
**JULIANO CHIODELLI**  
Chefe da Casa Civil, designado  
Nesta

PROTOCOLO GERAL DA ALESC  
**RECEBIDO**

HORÁRIO: \_\_\_\_\_  
DATA: 05/08/2020  
ASS. RESP.: (P)

Senhor Chefe,

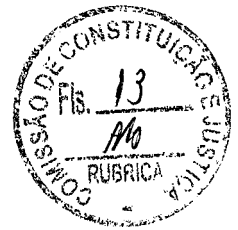
Encaminho a Vossa Excelência cópia do parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça deste Poder, ao Projeto de Lei nº 0227.7/2020, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão 'Causa Mortis' e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD)", a fim de obter manifestação sobre a matéria legislativa em exame.

Atenciosamente,

  
Deputado **LAÉRCIO SCHUSTER**  
Primeiro Secretário



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CASA CIVIL**



Ofício nº 1023/CC-DIAL-GEMAT

Florianópolis, 28 de agosto de 2020.

Senhor Presidente,

De ordem do senhor Governador do Estado e em atenção ao Ofício nº GPS/DL/0481/2020, encaminho a Vossa Excelência o Ofício GABS nº 716/2020, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), e o Parecer nº 438/20, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), ambos contendo manifestação a respeito do Projeto de Lei nº 0227.7/2020, que "Acrescenta dispositivo à lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão 'Causa Mortis' e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD".

A Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), mediante o Parecer nº 458/2020-COJUR/SEF, destacou o seguinte: "Observa-se, na Informação DIAT nº 081/2020, que a Diretoria de Administração Tributária concorda com a alteração proposta, mas sugere alteração em sua redação. Diante de tal contexto, em não havendo outros aspectos jurídicos a serem enfrentados, não vemos óbice ao prosseguimento do projeto, recomendando que seja acolhida a sugestão realizada pela DIAT".

Diante do exposto, remeto a Vossa Excelência os aludidos documentos.

SEF RECIBO DIAT Nº 081/2020 31/08/2020 17:59 007146

À DIRETORIA LEGISLATIVA  
PARA PROVIDÊNCIAS  
EM, 31 / 08 / 2020  
s/ Nathalio  
SECRETÁRIA-GERAL

Angela Aparecida Bez  
Secretária-Geral  
Matrícula 3072

Respeitosamente,

**Juliano Batalha Chiodelli**  
Chefe da Casa Civil, designado

<b>Lido no Expediente</b>	
059ª Sessão de	01/09/20
Anexar a(o)	PL-227/20
Diligência	
Secretário	

Excelentíssimo Senhor  
**DEPUTADO JULIO GARCIA**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Nesta

OF 1023\_PL\_0227.7\_20\_SDE\_SEF\_PGE\_enc  
SCC 11437/2020

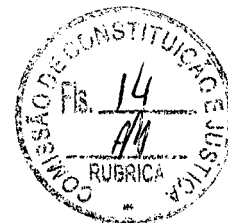
Centro Administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina  
Rod. SC 401, nº 4.600, km 15 - Saco Grande - CEP 88032-000 - Florianópolis - SC  
Telefone: (48) 3665-2054 | e-mail: gemat@casacivil.sc.gov.br





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSULTORIA JURÍDICA

**PARECER N° 111/2020**  
**PROCESSO SCC 11490/2020**



**PEDIDO DE DILIGÊNCIA. PROJETO DE LEI N° 0227.7/2020, QUE "ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI N° 13.136, DE 2004, PERMITINDO A AUTODECLARAÇÃO PARA ISENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO 'CAUSA MORTIS' E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS - ITCMD".**

Trata-se de pedido de diligência oriunda da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), a respeito do Projeto de Lei n° 0227.7/2020, de iniciativa parlamentar, que "Acrescenta dispositivo à lei n° 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão 'Causa Mortis' e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD", a fim de colher manifestação desta Pasta, nos termos do art. 19 do Decreto n° 8.382, de 14 de agosto de 2014.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a presente manifestação<sup>1</sup> se fundamenta tão somente nos elementos constantes das informações passadas a esta Consultoria Jurídica, limitando-se ao exame dos aspectos jurídico-legais, sem adentrar no mérito da proposta ou na análise acerca da conveniência e oportunidade do ato.

Ademais, como o presente pedido de diligência também foi encaminhado à Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina (PGE), nos termos dos autos do Processo SCC 11496/2020, para manifestação exclusivamente acerca da constitucionalidade e da

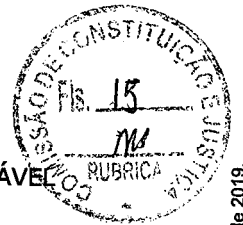
<sup>1</sup> Enunciado n° 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU: "o órgão consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade".

Rod. SC 401, km 5, n° 4.756 - Ed. Office Park - Bloco 2 - 2° andar - Saco Grande II  
88.032-005 - Florianópolis - SC  
Fone: (48) 3665-4220 - [sde@sds.sc.gov.br](mailto:sde@sds.sc.gov.br) - [www.sde.sc.gov.br](http://www.sde.sc.gov.br)

GOVERNO DE  
**SANTA CATARINA**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSULTORIA JURÍDICA



legalidade da matéria em discussão, a presente análise fica adstrita aos aspectos gerais do projeto, em função da necessidade de uniformização dos atos jurídicos, nos termos dos arts. 4º, I e 13, do Decreto nº 724, de 18 de outubro de 2007.

Com efeito, o referido Projeto de Lei visa acrescentar Parágrafo único ao art. 10 da Lei nº 13.136, de 25 de novembro de 2004, que "Dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e doação de quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD" referente ao disposto no inciso V, que diz respeito à isenção do pagamento de imposto por parte do donatário ou o cessionário, qualquer que seja o valor dos bens ou direitos, em se tratando de sociedade civil sem fins lucrativos, devidamente reconhecida como de utilidade pública estadual, a fim de tornar o reconhecimento estabelecida no inciso V do art. 10 caráter autodeclaratório, não dependendo da admissão por parte do Estado neste reconhecimento.

Dessa feita, quanto ao mérito do projeto, a Diretoria de Empreendedorismo e Competitividade, como área técnica desta Secretaria, manifestou-se pela ausência de expertise daquela Diretoria para tratar acerca da matéria do Projeto de Lei nº 0227.7/2020, (fl.4), cujo teor encontra-se juntado aos autos do presente processo.

Ante o exposto, opina-se<sup>4</sup> pela regularidade do presente processo, submetendo sua conclusão à superior consideração.

É o parecer.

<sup>4</sup> A função do Advogado Público (ou assessor jurídico) quando atua em órgão jurídico de consultoria da Administração é, de quando consultado, emitir uma peça (parecer) técnico-jurídica proporcional à realidade dos fatos, respaldada por embasamento legal, não podendo ser alçado à condição de administrador público, quando emana um pensamento jurídico razoável, construído em fatos reais e com o devido e necessário embasamento legal. (TRF1, AG 0003263-55.2012.4.01.0000 / AM - 08/03/2013 - Desembargadora Federal Monica Sifuentes)

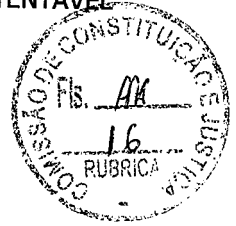


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSULTORIA JURÍDICA

Florianópolis, 14 de agosto de 2020.

(assinado digitalmente)

**ANDERSON MIGUEL CHAVES DE CORDEIRO**  
Consultor Jurídico



Rod. SC 401, km 5, nº 4.756 - Ed. Office Park - Bloco 2 - 2º andar - Saco Grande II  
88.032-005 - Florianópolis - SC  
Fone: (48) 3665-4220 - [sde@sds.sc.gov.br](mailto:sde@sds.sc.gov.br) - [www.sde.sc.gov.br](http://www.sde.sc.gov.br)

Página 3 de 3

GOVERNO DE  
**SANTA CATARINA**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
GABINETE DO SECRETÁRIO



Ofício GABS nº 716/2020  
Processo SCC 11490/2020

Florianópolis, 14 de agosto de 2020.

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos do Ofício nº 905/CC-DIAL-GEMAT, referente ao pedido de diligência ao Projeto de Lei (PL) nº 0227.7/2020, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que "Acrescenta dispositivo à lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão 'Causa Mortis' e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD", sirvo-me do presente para encaminhar manifestação oriunda da Diretoria de Empreendedorismo e Competitividade (fl.4) e Parecer Jurídico nº 111/2020, oriundo da Consultoria Jurídica, ambas desta Pasta, cujos teores ratifico, manifestando-me, no que cabe à esta Secretaria, pela ausência de competência desta Pasta para se posicionar acerca da matéria do supramencionado PL, nos termos do art. 32, da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019.

No mais, coloco-me à disposição para eventuais novos esclarecimentos.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)  
ROGÉRIO LUIZ DE SIQUEIRA  
Secretário de Estado

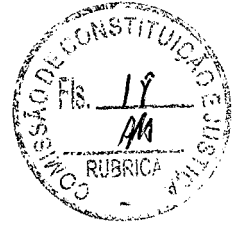
Senhor  
DANIEL CARDOSO  
Diretor de Assuntos Legislativos  
Casa Civil  
Nesta

Rod. SC 401, km 5, nº 4756 - Ed. Office Park - Bloco 2 - 2º andar - Saco Grande II  
88032-005 - Florianópolis - SC  
Fone: (48) 3665 4200 - [sde@sde.sc.gov.br](mailto:sde@sde.sc.gov.br) - [www.sde.sc.gov.br](http://www.sde.sc.gov.br)

GOVERNO DE  
**SANTA CATARINA**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA



PARECER Nº 438/20-PGE

Florianópolis, 25 de agosto de 2020.

Processo: SCC 11496/2020.

Interessada(o): Casa Civil.

**Ementa:** Diligência no projeto de lei nº 227/2020, de iniciativa parlamentar que "*acrescenta dispositivo à lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD*". Em matéria tributária, a competência legislativa é concorrente (art. 61 da CF), além de não se tratar de tema vinculado à competência privativa do Chefe do Poder Executivo, na forma estabelecida pelo artigo 50, §2º, da Constituição Estadual. Ausência de inconstitucionalidade.

Senhor Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica,

Trata-se de pedido de diligência em projeto de lei n.º 227/2020, de iniciativa parlamentar, que "*acrescenta dispositivo à lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD*" às sociedades civis sem fins lucrativos, devidamente reconhecidas como de utilidade pública estadual.

Assim dispõe o projeto em tramitação na Assembleia Legislativa:

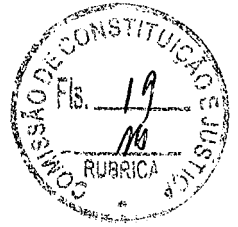
Art. 1º. Fica acrescentado parágrafo único ao Art. 10, da Lei nº 13.136, de 2004, com a seguinte redação:

"Art.10 (...)

Parágrafo único. O reconhecimento da isenção estabelecida no inciso V do



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**



Art. 10, tem cunho autodeclaratório e não depende de reconhecimento dessa condição por parte do Estado.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O dispositivo de lei que se pretende alterar, tem, hoje, a seguinte redação:

**Art. 10. São isentos do pagamento do imposto:**

I – o testamenteiro, com relação ao prêmio instituído pelo testador, desde que o valor deste não exceda à vintena testamentária;

II – o beneficiário de seguros de vida, pecúlio por morte e vencimentos, salários, remunerações, honorários profissionais e demais vantagens pecuniárias decorrentes de relação de trabalho, inclusive benefícios da previdência, oficial ou privada, não recebidos pelo de cujus;

III – o herdeiro, o legatário ou o donatário que houver sido aquinhoado com um único bem imóvel, relativamente à transmissão causa mortis ou à doação deste bem, desde que cumulativamente:

a) o imóvel se destine à moradia própria do beneficiário;

b) o beneficiário não possua qualquer outro bem imóvel; e

c) o valor total do imóvel não seja superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

IV – o herdeiro, o legatário ou o donatário, quando o valor dos bens ou direitos recebidos não exceder ao equivalente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observado o disposto no parágrafo único do art. 9º ;

**V – o donatário ou o cessionário, qualquer que seja o valor dos bens ou direitos, em se tratando de sociedade civil sem fins lucrativos, devidamente reconhecida como de utilidade pública estadual; e**

VI – o donatário ou o cessionário de bens móveis ou imóveis destinados à execução de programa oficial de moradias para famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos ou ao assentamento de agricultores sem-terra, abrangendo a doação do bem:

a) à entidade executora do programa; ou

b) aos beneficiários, pela entidade executora, se for o caso.

VII – o donatário de bens móveis recebidos em decorrência das disposições contidas na Lei federal nº 9.991, de 24 de julho de 2000; e

VIII – o beneficiário de doação de bem imóvel realizada pela União, Estado ou Município, com vistas à regularização fundiária, desde que integrante de família com renda mensal de até 5 (cinco) salários-mínimos e que o imóvel seja destinado para uso próprio e de sua família.

Colhe-se da justificativa do parlamentar proponente que "*as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) já possuem o reconhecimento de várias*





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**



*prerrogativas por meio de autodeclaração, contudo um obstáculo burocrático para sua atuação tem sido a necessidade de procedimento demorado e complexo para a obtenção de isenção em relação às doações recebidas. O presente projeto, nesse sentido, busca suprimir este entrave tendo em vista inclusive os tempos calamitosos vividos na atualidade".*

Pois bem.

Em síntese, o que visa o presente projeto é que as sociedades civis sem fins lucrativos, devidamente reconhecidas como de utilidade pública estadual, se autodeclarem isentas do ITCMD quando da ocorrência de seu fato gerador em operações a elas relacionadas, fazendo jus ao benefício independentemente da apresentação prévia de documentação comprobatória de tal condição à Receita Estadual. A averiguação da condição de isenta, pelo Fisco, portanto, se dará à posteriori, por meio de eventual fiscalização e, sendo o caso, com a adoção das medidas necessárias à constituição do crédito tributário.

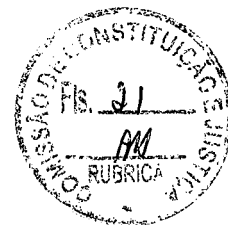
Assim, o projeto de lei disciplina o procedimento para a obtenção da isenção tributária do ITCMD pelas sociedades civis sem fins lucrativos, devidamente reconhecidas como de utilidade pública estadual. Por conseguinte, sobre ele não recai vício de iniciativa, tendo em vista que, consoante entendimento já consolidado no âmbito desta Consultoria Jurídica, em matéria tributária, a competência legislativa é concorrente (art. 61 da CF), além de não se tratar de tema vinculado à competência privativa do Chefe do Poder Executivo, na forma estabelecida pelo artigo 50, §2º, da Constituição Estadual.

Ainda que eventualmente o presente projeto possa repercutir na arrecadação do Estado e, portanto, no orçamento, não importaria na iniciativa privativa do Chefe do Executivo. Nesse sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

**"ADI - LEI Nº 7.999/85, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, COM A REDAÇÃO QUE LHE DEU A LEI Nº 9.535/92 - RE 585413 / SP BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO - MATÉRIA DE INICIATIVA COMUM OU CONCORRENTE - REPERCUSSÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL - ALEGADA USURPAÇÃO DA CLÁUSULA DE INICIATIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE JURÍDICA - MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA.**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**



- A Constituição de 1988 admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em tema de direito tributário.

- A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.

- O ato de legislar sobre direito tributário, ainda que para conceder benefícios jurídicos de ordem fiscal, não se equipara - especialmente para os fins de instauração do respectivo processo legislativo - ao ato de legislar sobre o orçamento do Estado”

(ADI 724-MC, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, DJ 27.4.2001, grifos nossos).

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 553/2000, DO ESTADO DO AMAPÁ. DESCONTO NO PAGAMENTO ANTECIPADO DO IPVA E PARCELAMENTO DO VALOR DEVIDO. BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. AUSÊNCIA DE VÍCIO FORMAL.

1. Não ofende o art. 61, § 1º, II, b da Constituição Federal lei oriunda de projeto elaborado na Assembléia Legislativa estadual que trate sobre matéria tributária, uma vez que a aplicação deste dispositivo está circunscrita às iniciativas privativas do Chefe do Poder Executivo Federal na órbita exclusiva dos territórios federais. Precedentes: ADI nº 2.724, rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 02.04.04, ADI nº 2.304, rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 15.12.2000 e ADI nº 2.599-MC, rel. Min. Moreira Alves, DJ 13.12.02

2. A reserva de iniciativa prevista no art. 165, II da Carta Magna, por referir-se a normas concernentes às diretrizes orçamentárias, não se aplica a normas que tratam de direito tributário, como são aquelas que concedem benefícios fiscais. Precedentes: ADI nº 724-MC, rel. Min. Celso de Mello, DJ 27.04.01 e ADI nº 2.659, rel. Min. Nelson Jobim, DJ de 06.02.04. 3. Ação direta de inconstitucionalidade cujo pedido se julga improcedente”

(ADI 2464, Rel. Min. Ellen Gracie, Plenário, DJ 25.5.2007).

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS DE DECISÃO MONOCRÁTICA. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO LEGISLATIVO. NORMAS SOBRE DIREITO TRIBUTÁRIO. INICIATIVA CONCORRENTE ENTRE O CHEFE DO PODER EXECUTIVO E OS MEMBROS DO LEGISLATIVO. POSSIBILIDADE DE LEI QUE VERSE SOBRE O TEMA REPERCUTIR NO ORÇAMENTO DO ENTE FEDERADO. IRRELEVÂNCIA PARA FINS DE DEFINIÇÃO DOS LEGITIMADOS PARA A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO. AGRAVO IMPROVIDO.

I – A iniciativa de leis que versem sobre matéria tributária é concorrente entre o chefe do poder executivo e os membros do legislativo.

II – A circunstância de as leis que versem sobre matéria tributária poderem repercutir no orçamento do ente federado não conduz à conclusão de que



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**



**sua iniciativa é privativa do chefe do executivo.**

III – Agravo Regimental improvido”

(RE 590.697-ED, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJE 06.09.2011).

No tocante à autodeclaração pelas entidades sem fins lucrativos, deve-se dizer que, com relação aos tributos federais, é utilizada tanto em hipóteses de imunidade, quanto de isenção do Imposto de Renda. Com efeito, o art. 150, VI, c, da Constituição Federal prevê a imunidade das instituições de educação e assistência social a impostos sobre a renda. O gozo de tal imunidade não exige o reconhecimento prévio pela Receita Federal, desde que cumpridos os requisitos previstos em lei e que a condição de entidade imune seja autodeclarada pelas entidades sem fins lucrativos, quando da inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Também na isenção, concedida pelo art. 15 da Lei nº 9.532/1997 às instituições filantrópicas, recreativas, culturais e científicas, bem como as associações civis em geral, do imposto de renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a condição de entidade isenta é autodeclarada.

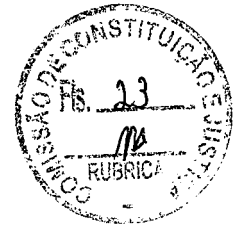
Não se vislumbra, portanto, qualquer mácula na alteração legislativa proposta.

É o parecer.

**ANDRÉ DOUMID BORGES  
Procurador do Estado**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**



**SCC 11496/2020**

**Assunto:** Diligência no projeto de lei nº 227/2020.

**Origem:** ALESC.

**Interessado:** Casa Civil.

**DESPACHO**

Manifesto concordância com o parecer exarado pelo Procurador do Estado, Dr. André Doumid Borges, no processo em epígrafe, pelos próprios fundamentos, cuja ementa está assim lançada:

Diligência no projeto de lei nº 227/2020, de iniciativa parlamentar que "acrescenta dispositivo à lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD". Em matéria tributária, a competência legislativa é concorrente (art. 61 da CF), além de não se tratar de tema vinculado à competência privativa do Chefe do Poder Executivo, na forma estabelecida pelo artigo 50, §2º, da Constituição Estadual. Ausência de inconstitucionalidade.

Assim, submeto à elevada apreciação.

Florianópolis, 25 de agosto de 2020.

**MARCELO MENDES**

**Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**



**SCC 11496/2020**

**Assunto:** Diligência no projeto de lei nº 227/2020, de iniciativa parlamentar que "acrescenta dispositivo à lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD". Em matéria tributária, a competência legislativa é concorrente (art. 61 da CF), além de não se tratar de tema vinculado à competência privativa do Chefe do Poder Executivo, na forma estabelecida pelo artigo 50, §2º, da Constituição Estadual. Ausência de inconstitucionalidade.

**Origem:** Casa Civil (CC).

De acordo com o **Parecer nº 438/20-PGE** da lavra do Procurador do Estado Dr. André Doumid Borges, referendado pelo Dr. Marcelo Mendes, Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica.

**SÉRGIO LAGUNA PEREIRA  
Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos**

**DESPACHO**

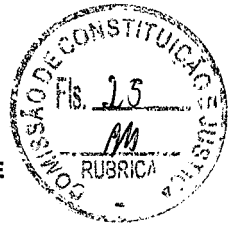
1. Acolho o **Parecer nº 438/20-PGE** referendado pelo Dr. Sérgio Laguna Pereira, Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos.
2. Encaminhem-se os autos à Casa Civil (CC).

Florianópolis, 25 de agosto de 2020.

**ALISSON DE BOM DE SOUZA  
Procurador-Geral do Estado**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA  
GRUPO ESPECIALISTA EM IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E  
DOAÇÕES



**INFORMAÇÃO GE ITCMD 081/2020**  
**ASSUNTO: CONSULTA SOBRE PL 0227.7/2020**  
**REQUERENTE: SECRETARIA DA CASA CIVIL-DIAL-GEMAT**  
**PROCESSO: SCC11493/2020**

Trata-se de resposta ao **Ofício n. 906/CC-DIAL-GEMAT** solicitando o exame e a emissão de parecer a respeito do Projeto de Lei n. 0227.7/2020 que acrescenta à Lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão 'Causa Mortis' e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos -ITCMD", oriundo da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

O referido projeto de lei pretende incluir um parágrafo único no art. 10 da Lei n. 13.136, de 25 de novembro de 2004, com a seguinte redação:

*Parágrafo único. O reconhecimento da isenção estabelecida no inciso V do art. 10, tem cunho autodeclaratório e não depende de reconhecimento dessa condição por parte do Estado.*

O inciso V do art. 10 da Lei n. 13.136/04 determina que são isentos do imposto o donatário ou o cessionário, qualquer que seja o valor dos bens ou direitos, em se tratando de sociedade civil sem fins lucrativos, devidamente reconhecida como de utilidade pública estadual.

*Art. 10. São isentos do pagamento do imposto:*

*(...)*

*V - o donatário ou o cessionário, qualquer que seja o valor dos bens ou direitos, em se tratando de sociedade civil sem fins lucrativos, devidamente reconhecida como de utilidade pública estadual; e*

*(...)*

Na justificativa do projeto, o proponente afirma que as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) já possuem o reconhecimento de várias prerrogativas por meio de autodeclaração e que o procedimento adotado pela Secretaria de Estado da Fazenda para reconhecimento da isenção nas doações recebidas se revela um grande obstáculo para essas entidades.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA  
GRUPO ESPECIALISTA EM IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E  
DOAÇÕES



Nas palavras do proponente, a aprovação do Projeto de Lei em comento permitirá “maior fluidez no desenvolvimento do terceiro setor” bem como simplificará a vida do doador que, “na intenção de ajudar, frequentemente esbarra em entraves levantados pela legislação”.

Afirma ainda ser “notório o relevo da atuação de entidades da sociedade civil no enfrentamento de quaisquer questões sociais críticas” e que essas entidades frequentemente compartilham com o poder público a missão de auxiliar àqueles que foram prejudicados em virtude de catástrofes, da pandemia atual bem como de outras circunstâncias”.

O ilustre deputado lembra ainda que ao “permitir que o particular realize a autodeclaração, o Estado não abdica de sua capacidade fiscalizatória, mas valoriza a boa-fé do particular”, permanecendo, contudo, com a competência para fiscalizar cada uma das declarações prestadas, combatendo fraudes e efetuando a cobrança de eventuais valores indevidamente sonogados.

Em relação ao mérito da proposta, entendo não haver, por parte da Diretoria de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda, qualquer objeção. Entretanto, é preciso tecer alguns comentários em relação à redação proposta.

Não é o reconhecimento da isenção que possui cunho autodeclaratório, é a informação de que o donatário ou cessionário é sociedade civil sem fins lucrativos, devidamente reconhecida como de utilidade pública estadual, que deve ser objeto de autodeclaração.

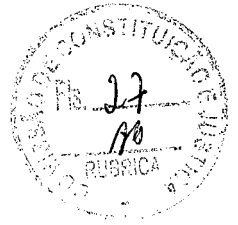
Uma vez realizada a autodeclaração de entidade isenta, estará o contribuinte apto a fruir o benefício de isenção, mas o reconhecimento da veracidade da declaração e a consequente homologação, expressa ou tácita da isenção, se darão em momento posterior. É esta a lógica que o proponente pretende tornar aplicável, segundo a própria justificativa do Projeto de Lei n. 0227.7/2020.

Assim, concordando com o mérito da proposição, mas com o intuito de dar a redação legal o sentido e a formalidade correta, propomos a seguinte redação para o parágrafo único do art. 10 da Lei n. 13.136/19, proposto no supracitado Projeto de Lei:

*Parágrafo único. Para o gozo do benefício previsto no inciso V, a entidade beneficiada deverá enviar declaração à Administração Fazendária sem necessidade de prévia homologação, nos termos previstos em regulamento,*



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA  
GRUPO ESPECIALISTA EM IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E  
DOAÇÕES**



*sujeitando-se, no entanto, à posterior homologação, expressa ou tácita, no prazo previsto no §4º do artigo 53 da Lei nº 3.938, de 26 de dezembro de 1966.*

Era o que havia a informar, cordialmente

GE-ITCMD, em Florianópolis, 25 de agosto de 2020.

**VALÉRIO ODORIZZI JUNIOR  
Auditor Fiscal da Receita Estadual  
Matrícula 950724-8**

De acordo. À apreciação da Diretora de Administração Tributária.

GE-ITCMD, em Florianópolis, 25 de agosto de 2020.

**Karla da Silva Raupp Barbosa  
Consultora de Gestão de Administração Tributária**

De acordo. Encaminhe-se à Gerência de Mensagens e Atos Legislativos (GEMAT), da Diretoria de Assuntos Legislativos (DIAL) da Secretaria da Casa Civil.

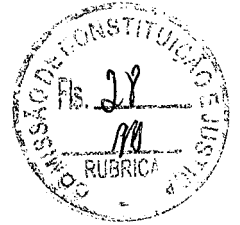
GE-ITCMD, em Florianópolis, 25 de agosto de 2020.

**LENAI MICHELS  
Diretora de Administração Tributária**





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONSULTORIA JURÍDICA**



**PARECER Nº 458/2020-COJUR/SEF**

Florianópolis, 27 de agosto de 2020.

**Processo:** SCC 11493/2020

**Interessado:** DIAL/CC

**Ementa:** Análise do Projeto de Lei nº 0227.7/2020.

Tratam os autos de diligência relativa ao Projeto de Lei nº 0227.7/2020, que “Acrescenta dispositivo à lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão ‘Causa Mortis’ e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos -ITCMD”.

A Diretoria de Assuntos Legislativos da Casa Civil, por meio do Ofício nº 906/CC-DIAL-GEMAT, solicita a análise do referido projeto por esta SEF.

É o relatório.

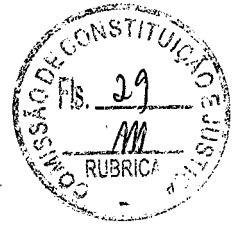
Tendo em vista o teor da proposição, e considerando o seu eventual impacto tributário encaminhamos os autos para manifestação da Diretoria de Administração Tributária (DIAT).

A DIAT elaborou a Informação GE ITCMD nº 081/2020 (fls. 05/07), relatando em suma que:

“[...]”



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONSULTORIA JURÍDICA**



Em relação ao mérito da proposta, entendo não haver, por parte da Diretoria de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda, qualquer objeção. Entretanto, é preciso tecer alguns comentários em relação à redação proposta.

Não é o reconhecimento da isenção que possui cunho autodeclaratório, é a informação de que o donatário ou cessionário é sociedade civil sem fins lucrativos, devidamente reconhecida como de utilidade pública estadual, que deve ser objeto de autodeclaração.

Uma vez realizada a autodeclaração de entidade isenta, estará o contribuinte apto a fruir o benefício de isenção, mas o reconhecimento da veracidade da declaração e a consequente homologação, expressa ou tácita da isenção, se darão em momento posterior. É esta a lógica que o proponente pretende tornar aplicável, segundo a própria justificativa do Projeto de Lei n. 0227.7/2020.

Assim, concordando com o mérito da preposição, mas com o intuito de dar a redação legal o sentido e a formalidade correta, propomos a seguinte redação para o parágrafo único do art. 10 da Lei n. 13.136/19, proposto no supracitado Projeto de Lei:

Parágrafo único. Para o gozo do benefício previsto no inciso V, a entidade beneficiada deverá enviar declaração à Administração Fazendária sem necessidade de prévia homologação, nos termos previstos em regulamento, sujeitando-se, no entanto, à posterior homologação, expressa ou tácita, no prazo previsto no §4º do artigo 53 da Lei nº 3.938, de 26 de dezembro de 1966.

Observa-se, na Informação DIAT nº 081/2020, que a Diretoria de Administração Tributária concorda com a alteração proposta, mas sugere alteração em sua redação.

Diante de tal contexto, em não havendo outros aspectos jurídicos a serem enfrentados, não vemos óbice ao prosseguimento do projeto, recomendando que seja acolhida a sugestão realizada pela DIAT.

Ante o exposto, tecidas as pertinentes considerações, observadas as competências desta SEF, os autos devem ser restituídos à DIAL/CC para as



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONSULTORIA JURÍDICA**



demais providências.

É o Parecer.

**Nathali Aline Schneider  
Assistente Técnica**

À decisão do Senhor Secretário.

**Luiz Henrique Domingues da Silva  
Consultor Jurídico**

Acolho o Parecer.  
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Assuntos Legislativos – DIAL/CC.  
Paulo Eli  
**Secretário de Estado da Fazenda**



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 0227.7/2020

**“Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).”**

**Autor:** Deputado Bruno Souza

**Relatora:** Deputada Ana Caroline Campagnolo

### I – RELATÓRIO

Cuida-se de Projeto de Lei, de autoria do Deputado Bruno Souza, que Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).

Da Justificação à proposição (fl. 03), extrai-se o que segue:

[...]

As organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) já possuem o reconhecimento de várias prerrogativas por meio de autodeclaração, contudo um obstáculo burocrático para sua atuação tem sido a necessidade de procedimento demorado e complexo para a obtenção de isenção em relação às doações recebidas. O presente projeto, nesse sentido, busca suprimir este entrave tendo em vista inclusive os tempos calamitosos vividos na atualidade.

[...]

O projeto em discussão utiliza como norte norma muito similar editada no Estado do Rio de Janeiro recentemente, permitindo uma maior fluidez no desenvolvimento do terceiro setor bem como simplificando a vida do doador que, na intenção de ajudar, freqüentemente esbarra em entraves levantados pela legislação.

É importante pontuar, de igual maneira, que o lançamento do crédito tributário referente ao Imposto de Transmissão *causa mortis* e Doação já é realizado por autodeclaração do sujeito passivo.

[...]



A matéria foi lida no Expediente da Sessão Plenária do dia 01 de julho de 2020 e, na sequência, encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, onde recebi a relatoria no dia 22 de julho de 2020 para elaboração de parecer.

No dia 28 de julho de 2020, apresentei requerimento de diligência externa, o qual foi aprovado, tendo sido encaminhada a presente proposta para a Casa Civil, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, a Procuradoria Geral do Estado e à Secretaria de Estado da Fazenda para que se manifestassem sobre a matéria.

Foi respondido o pedido de diligência no dia 04 de setembro de 2020 por meio do Ofício nº 1023/CC-DIAL-GEMAT, de 28/08/2020, contendo respostas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (**SDE**) e da Procuradoria-Geral do Estado (**PGE**).

A Secretaria de Estado da Fazenda (**SEF**) destacou o seguinte: “Observa-se, na informação DIAT nº 081/2020, que a Diretoria de Administração Tributária concorda com a alteração proposta, mas sugere alteração em sua redação. Diante de tal contexto, em não havendo outros aspectos jurídicos a serem enfrentados, **não vemos óbice ao prosseguimento do projeto**, recomendando que seja acolhida a sugestão realizada pela DIAT”.

É o relatório.

## II – VOTO

Cabe analisar nesta Comissão assuntos atinentes aos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental ou de técnica legislativa de projetos conforme prescreve o inciso I do Art. 72 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.



Inicialmente, da análise da presente proposta legislativa sob o aspecto da constitucionalidade formal, observo que não há reserva de iniciativa sobre o tema, revelando-se legítima sua apresentação por Parlamentar, de acordo com a competência geral prevista no art. 50, caput da Constituição Estadual.

Ademais, aponto que a matéria vem estabelecida, adequadamente, por meio de projeto de lei ordinária, visto que, conforme previsão do art. 57 da Carta Política Estadual, não está circunscrita à lei complementar.

Referentemente à constitucionalidade sob a ótica material, a meu ver, a proposição está em consonância com a ordem constitucional vigente.

O Supremo Tribunal Federal em recurso de repercussão geral (ARE 743.480rel. min. Gilmar Mendes) com julgamento de mérito no ano de 2013 discutiu que matéria tributária pode ser de competência parlamentar para propor lei.

A ementa do julgamento do ARE 743.480 relatado pelo Ministro Gilmar Mendes:

“Tributário. Processo legislativo. Iniciativa de lei. dois. Reserva de iniciativa em matéria tributária. Inexistência. três. Lei municipal que revoga tributo. Iniciativa parlamentar. Constitucionalidade. quatro. **Iniciativa geral. Inexiste, no atual texto constitucional, previsão de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo em matéria tributária.** cinco. Repercussão geral reconhecida. seis. Recurso provido. Reafirmação de jurisprudência.”

Além disso, a Procuradoria-Geral do Estado, por meio do **Parecer N° 438/20-PGE** conclui:

“No Tocante à autodeclaração pelas entidades sem fins lucrativos, deve-se dizer que, com relação aos tributos federais, é utilizada tanto em hipóteses de imunidade, quanto de isenção do Imposto de Renda. Com efeito, o art. 150, VI, c da Constituição Federal, prevê a imunidade das instituições de educação e assistência social a impostos sobre a renda. O gozo de tal imunidade não exige o



reconhecimento prévio pela Receita Federal, desde que cumpridos os requisitos previstos em lei e que a condição de entidade imune seja autodeclarada pelas entidades sem fins lucrativos, quando da inscrição junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Também na isenção, concedida pelo art. 15 da Lei nº 9.532/1997 às instituições filantrópicas, recreativas, culturais, e científicas, bem como as associações civis em geral, do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a condição de entidade isenta é autodeclarada.

Por derradeiro, salientamos novamente no voto que a Secretaria de Estado da Fazenda (**SEF**) se demonstrou concordante com o mérito da presente proposição, e, com o intuito de dar à redação legal o sentido e formalidade corretas, propuseram alteração, a qual é acatada por esta parlamentar.

Ante o exposto, com base no **art. 144, inciso I**, do Regimento Interno deste Poder, no âmbito desta Comissão, voto pela **ADMISSIBILIDADE** da continuidade da regimental tramitação do **Projeto de Lei nº 0227.7/2020**, e apresento **Emenda Substitutiva Global**, ora anexa, nos moldes dos **artigos 190, § 4º e 192** do Regimento Interno desta casa legislativa.

Sala da Comissão,

Deputada Ana Campagnolo  
Relatora



## EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PL./0227.7/2020

Art. 1º. Fica acrescentado parágrafo único ao Art. 10, da Lei nº 13.136, de 2004, com a seguinte redação:

“Art.10.....

.....

Parágrafo Único. Para o gozo do benefício previsto no inciso V, a entidade beneficiada deverá enviar declaração à Administração Fazendária sem necessidade de prévia homologação, nos termos previstos em regulamento sujeitando-se, no entanto, à posterior homologação, expressa ou tácita, no prazo previsto no § 4º do artigo 53 da Lei nº 3.938, de 26 de dezembro de 1966.

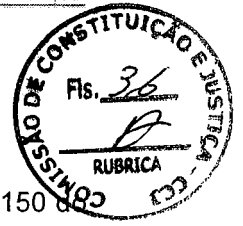
Sala das Sessões,

**Deputada Ana Campagnolo**  
Deputada Estadual





### FOLHA DE VOTAÇÃO VIRTUAL



A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, nos termos dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,

aprovou  unanimidade  com emenda(s)  aditiva(s)  substitutiva global  
 rejeitou  maioria  sem emenda(s)  supressiva(s)  modificativa(s)

RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) ANA CAMPAGNOLO, referente ao  
Processo PL/0227.7/2020, constante da(s) folha(s) número(s) 31-35.

OBS.:

Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Romildo Titon	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Ana Campagnolo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Fabiano da Luz	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Ivan Naatz	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. João Amin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Kennedy Nunes	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Luiz Fernando Vampiro	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Maurício Eskudlark	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Paulinha	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião virtual ocorrida em 29.09.20

**Leonardo Lorenzetti**  
Coordenador das Comissões  
Matrícula 4520  
Coordenadoria das Comissões



## RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI Nº 0227.7/2020

**“Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão ‘Causa Mortis’ e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).”**

**Autor:** Deputado Bruno Souza

**Relator:** Deputado José Milton Scheffer

### I – RELATÓRIO

Cuida-se do Projeto de Lei nº 0227.7/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza, que pretende acrescentar dispositivo à Lei nº 13.136, de 25 de novembro de 2004, que “Dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e doação de quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD”.

A proposição em tela almeja permitir a autodeclaração para a isenção do imposto prevista para as sociedades civis sem fins lucrativos, devidamente reconhecidas como de utilidade pública estadual, conforme dispõe o inciso V do art. 10 da Lei nº 13.136, de 2004.

Na Comissão de Constituição e Justiça, a matéria foi aprovada na forma da Emenda Substitutiva Global de p. 32, após a juntada aos autos das manifestações da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SDE), pp. 11/14, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), pp. 15/21, e da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), pp. 22/27, tendo sido acolhida a sugestão de emenda desta última, para adequar a redação da propositura ao § 4º do art. 53 da Lei nº 3.938, de 26 de dezembro de 1966, que Dispõe sobre normas de Legislação Tributária Estadual”.

Em síntese, a SDE manifestou-se pela ausência de competência da pasta para apreciar a matéria em voga, enquanto as Consultorias Jurídicas da PGE



e da SEF não vislumbraram óbice ao prosseguimento da proposição, desde que acolhida a redação sugerida pela última, o que ocorreu na CCJ.

Posteriormente a matéria foi encaminhada para esta Comissão de Finanças e Tributação, na qual fui designado o relator da matéria, nos termos do art. 130, VI, do Regimento Interno.

É o relatório.

## II – VOTO

Em cumprimento do disposto nos arts. 73, II e VI, e 144, II, do Rialeosc, passo a verificar a conformidade da proposição às normas orçamentárias vigentes, bem como da conveniência e do interesse público da norma pretendida, vez que versa sobre matéria tributária, compreendendo, assim, matéria do campo temático deste Colegiado.

Sob o escopo delineado, observo que a proposição em análise, se aprovada, não impactará as finanças públicas, tratando, tão somente, de procedimento para usufruto de benefício em vigor, a saber a isenção do pagamento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e doação de quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) pelas sociedades civis sem fins lucrativos, devidamente reconhecidas como de utilidade pública estadual.

Quanto ao mérito da propositura, entendo que a sua finalidade promove o interesse público, desde que atendida a sugestão da SEF, apresentada por meio da Emenda Substantiva Global de p. 32.

Ante o exposto, com fundamento nos regimentais arts. 73, II e VI, 144, II, e 145, caput, voto, no âmbito desta Comissão de Finanças e Tributação, pela **ADMISSIBILIDADE** da continuidade de tramitação do **Projeto de Lei nº**



**0227.7/2020**, por entendê-lo hígido, sob a ótica financeira-orçamentária, e, no mérito, pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões,

Deputado José Milton Scheffer  
Relator



### FOLHA DE VOTAÇÃO VIRTUAL

A COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, nos termos dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,

- aprovou  unanimidade  com emenda(s)  aditiva(s)  substitutiva global  
 rejeitou  maioria  sem emenda(s)  supressiva(s)  modificativa(s)

RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) José Milton Scheffer, referente ao  
Processo PL. 10227.7/2020 constante da(s) folha(s) número(s) 39 e 40.

OBS.:

Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Marcos Vieira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Bruno Souza	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Fernando Krelling	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Jerry Comper <u>Waldir Cobalchini</u>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. José Milton Scheffer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Luciane Caminatti	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Marcius Machado	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Milton Hobus	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Sargento Lima	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião virtual ocorrida em 16/12/2020

Coordenadoria das Comissões

Evandro Carlos dos Santos  
Coordenador das Comissões  
Matrícula 3748



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 0227.7/2020

**“Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).”**

**Autor:** Deputado Bruno Souza

**Relatora:** Deputada Paulinha

### I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Deputado Bruno Souza, que visa conceder a modalidade autodeclaratória ao ITCMD ao donatário ou o cessionário, qualquer que seja o valor dos bens ou direitos, em se tratando de sociedade civil sem fins lucrativos, devidamente reconhecida como de utilidade pública estadual.

Após regular trâmite perante a CCJ e a CFT, a matéria restou remetida a esta Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, onde avoquei sua relatoria.

É o relatório

### II – VOTO

Considerando a análise da matéria sob a ótica da presente Comissão, oriento-me a partir do Art. 144, I, c/c Art. 80, ambos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, para examiná-la à luz do interesse público.

A proposta limita-se a derrubar obstáculo burocrático para



atuação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), que se submetem a procedimento demorado e complexo para a obtenção de isenção em relação às doações recebidas.

O projeto em discussão utiliza como norte norma muito similar editada no Estado do Rio de Janeiro recentemente, permitindo uma maior fluidez no desenvolvimento do terceiro setor bem como simplificando a vida do doador que, na intenção de ajudar, frequentemente esbarra em entraves levantados pela legislação.

É importante pontuar, de igual maneira, que o lançamento do crédito tributário referente ao Imposto de Transmissão causa mortis e Doação já é realizado por autodeclaração do sujeito passivo.

Se destaca também que persiste a possibilidade de atuação contra possíveis fraudes e a cobrança de eventuais valores indevidamente sonegados pelo particular. A mudança ocorrida a partir, não somente deste projeto, mas de outros que trazem a autodeclaração como novo paradigma, é que o Estado deixa de tratar o cidadão com desconfiança.

Nesse sentido, não vejo óbice à sua regular tramitação, portanto, voto pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei nº 0227.7/2020**, no âmbito desta Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, conforme Art. 144, III, ambos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Sala das Comissões,

Deputada Paulinha  
Relatora



### FOLHA DE VOTAÇÃO VIRTUAL

A COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, nos termos dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,

- aprovou  unanimidade  com emenda(s)  aditiva(s)  substitutiva global  
 rejeitou  maioria  sem emenda(s)  supressiva(s)  modificativa(s)

RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) Paulinha, referente ao  
Processo PL/0227.7/2020, constante da(s) folha(s) número(s) 44 e 45.

OBS.:

Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Paulinha	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Fabiano da Luz	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. João Amin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Marcius Machado	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Marcos Vieira	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Moacir Sopelsa	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Nazareno Martins <u>Dep. Valdir Cabalchini</u>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Sargento Lima	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Volnei Weber	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião virtual ocorrida em

16/12/2020

Evandro Carlos dos Santos